

Por Fábio Pereira dos Santos

***Decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo que, aplicando a técnica do distinguishing, afastou a aplicabilidade da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 990***

Dentre os temas mais judicializados no âmbito dos contratos de plano de saúde, certamente estão as demandas dos consumidores pelo custeio de medicamentos prescritos para o combate de doenças graves.

São diversas as justificativas das operadoras para negar o custeio de medicamentos prescritos aos consumidores, como "ausência de previsão do rol da ANS", "uso off-label (fora da bula)" e "ausência de registro da ANVISA".

E foi com base em entendimento majoritário da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2018, que foi fixada a tese vinculante intitulada como "Tema 990", oriunda do julgamento dos REsp 1712163/SP e REsp 1726563/SP sob o rito dos recursos repetitivos (art. 1.036 do CPC).

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** Migalhas, em 15.06.2022